

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 16.

Por que tantas indústrias estão trocando as capitais pelo interior do Brasil

Entre os estados com maior número de empregos na indústria de transformação, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Bahia tiveram os movimentos de interiorização mais significativos nas últimas quatro décadas, com movimentos mais leves em Santa Catarina e Paraná, revela estudo recém-publicado pelo Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (Nereus/USP), de autoria dos economistas Paulo Morceiro e Milene Tessarin. Morceiro e Tessarin utilizaram dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para analisar o peso da indústria no emprego formal total do Brasil. Eles traçaram um retrato inédito da contribuição das diferentes esferas geográficas na desindustrialização do Brasil, com uma série de dados longa e contínua, de 1985 a 2022 – e confirmaram com números uma “neoindustrialização” do país puxada pelas cidades do interior.

Os dados mostram, por exemplo, que cresceu a representatividade dos estados do Centro-Oeste na produção industrial, puxada pelo agronegócio, enquanto três regiões metropolitanas com forte tradição no setor (São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre) foram responsáveis sozinhas por 70% da desindustrialização que o Brasil sofreu nas últimas décadas. Segundo Morceiro, parte desse fenômeno é explicado por uma crescente concentração populacional e sobrecarga da infraestrutura de áreas urbanas, que eleva os custos operacionais das indústrias, criando desvantagens que superaram os benefícios de se estar em áreas densamente ocupadas. Isso levou a uma “fuga de indústrias” para regiões menos concorridas.

“Terrenos e galpões industriais ficam muito caros, o custo de mão de obra cresce muito, tem que pagar aluguel mais caro, a comida fora de casa é mais cara para o trabalhador, que demora mais tempo para chegar à fábrica devido aos congestionamentos”, exemplifica Morceiro, um dos principais estudiosos da indústria e da desindustrialização no Brasil. “O pessoal se organiza muito mais fácil, então os sindicatos são mais fortes. Tudo isso é custo para a empresa”, diz ele.

Nesse cenário, setores como o automobilístico, antes muito concentrado no ABC Paulista – polo industrial tradicional da Região Metropolitana de São Paulo –, agora florescem em outras partes do Brasil.

Internet: <bbc.com> (com adaptações).

Em relação às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 A partir da leitura do texto, conclui-se que os custos urbanos passaram a superar as vantagens da concentração das indústrias nas grandes capitais.
- 2 De acordo com o texto, o setor automobilístico perdeu espaço para o agronegócio na indústria nacional.
- 3 Infere-se das ideias do texto que o Brasil passou a ter cenário industrial mais descentralizado.
- 4 Ao identificar as instituições responsáveis pela pesquisa e pela produção dos dados, o texto reforça a sua credibilidade, uma vez que fundamenta a argumentação em fontes de reconhecida autoridade.
- 5 Segundo o estudo mencionado no texto, o Brasil voltou a apresentar crescimento industrial, em um fenômeno denominado neoindustrialização.
- 6 Infere-se do texto que, com o aumento da industrialização no interior do País, as metrópoles deixaram de ser polos industriais.

A respeito dos aspectos linguísticos e do vocabulário empregado no texto, julgue os itens seguintes.

- 7 As aspas foram empregadas com a mesma finalidade em todas as ocorrências no texto.
- 8 Seriam mantidos o sentido original e a correção gramatical do texto, caso a vírgula fosse retirada após ‘trabalhador’, em “‘a comida fora de casa é mais cara para o trabalhador, que demora mais tempo para chegar à fábrica devido aos congestionamentos’”.
- 9 No trecho “que demora mais tempo para chegar à fábrica devido aos congestionamentos”, caso a palavra “fábrica” fosse substituída por **indústrias**, a crase deveria ser mantida e seria necessário adequar a concordância, a fim de se preservar a correção gramatical.
- 10 Em “Os dados mostram, por exemplo, que cresceu a representatividade dos estados do Centro-Oeste na produção industrial,”, o termo “que” exerce a função de sujeito da forma verbal “cresceu”.
- 11 Caso a oração “‘Terrenos e galpões industriais ficam muito caros,’” fosse substituída por **Terrenos e galpões industriais atingem preços muito elevados**, a ideia central do trecho seria preservada, mas a estrutura sintática seria alterada.

- 12 Em “Segundo Morceiro, parte desse fenômeno é explicado por uma crescente concentração populacional e sobrecarga da infraestrutura de áreas urbanas, que eleva os custos operacionais das indústrias, criando desvantagens que superaram os benefícios de se estar em áreas densamente ocupadas.”, a oração reduzida introduz uma ideia de finalidade.
- 13 Com intuito de conferir maior formalidade ao texto, o trecho “puxada pelo agronegócio” poderia ser substituído por **impulsionada pelo agronegócio**, sem prejuízo da coerência textual ou da adequação gramatical do texto.
- 14 O trecho “‘Terrenos e galpões industriais ficam muito caros, o custo de mão de obra cresce muito, tem que pagar aluguel mais caro, a comida fora de casa é mais cara para o trabalhador, que demora mais tempo para chegar à fábrica devido aos congestionamentos’, exemplifica Morceiro, um dos principais estudiosos da indústria e da desindustrialização no Brasil” tem como objetivo explicar quem é “Morceiro”.
- 15 Caso fosse inserida a conjunção **contudo** antes do pronome “isso” no trecho “Segundo Morceiro, parte desse fenômeno é explicado por uma crescente concentração populacional e sobrecarga da infraestrutura de áreas urbanas, que eleva os custos operacionais das indústrias, criando desvantagens que superaram os benefícios de se estar em áreas densamente ocupadas. Isso levou a uma ‘fuga de indústrias’ para regiões menos concorridas.”, a coesão e a coerência do texto seriam preservadas.
- 16 O trecho “Entre os estados com maior número de empregos na indústria de transformação, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Bahia tiveram os movimentos de interiorização mais significativos nas últimas quatro décadas,” poderia ser reescrito, preservando-se a correção gramatical e as ideias originais do texto, da seguinte forma: **Entre os estados com maior número de empregos na indústria de transformação, os que tiveram, nas últimas quatro décadas, movimentos de interiorização mais significativos foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Bahia.**

Em uma copa de trabalho, há uma bandeja com 16 canecas idênticas entre si, exceto pela cor. Dessas canecas, 4 são azuis, 8 são brancas e 4 são verdes.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 Ao se escolher uma caneca ao acaso, a probabilidade de ela ser azul é superior a 25%.
- 18 Ao se escolherem 3 canecas ao acaso, sucessivamente e sem reposição, a probabilidade de todas serem brancas é igual a $\frac{1}{10}$.
- 19 Ao se escolher uma caneca ao acaso e sabendo-se que ela não é verde, a probabilidade de ela ser azul é igual a $\frac{1}{3}$.
- 20 Ao se escolherem 6 canecas da bandeja, é garantido que, pelo menos, 3 delas terão a mesma cor.

Em uma vila próxima a uma floresta, moradores registraram a quantidade de uivos de lobisomem ouvidos durante 14 noites consecutivas. Os registros, em ordem de anotação, foram os seguintes: 18; 24; 10; 22; 18; 20; 28; 16; 24; 20; 14; 26; 18; e 22.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21 A média da quantidade de uivos registrados por noite foi igual a 20.
- 22 A mediana da quantidade de uivos registrados foi igual a 18.
- 23 A moda da quantidade de uivos registrados foi igual a 20.

Considerando a proposição “Nenhum vampiro come pão de alho”, julgue os itens a seguir.

- 24 A negação da proposição é “Algum vampiro come pão de alho”.
- 25 A proposição é equivalente a “Se alguém não come pão de alho, então é vampiro”.

Um livro usado custava R\$ 50. Em uma promoção, foi-lhe dado um desconto de 20% e, sobre o valor com desconto, foi cobrado um frete de 10%.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26 Após o desconto de 20%, o valor do livro passou a ser R\$ 40.
- 27 Após o desconto e a cobrança do frete, o valor final pago pelo livro passou a ser R\$ 45.
- 28 O valor final pago pelo livro corresponde a um desconto efetivo de 12% em relação ao preço original.



ANOTAÇÕES

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação aos conceitos de hardware, à ferramenta de comunicação Microsoft Teams e ao sistema operacional Android, julgue os itens a seguir.

- 29 Em computadores modernos, a substituição de um disco rígido (HDD) por uma unidade SSD NVMe pode reduzir o tempo de inicialização do sistema operacional e acelerar a abertura de aplicativos, ainda que o processador e a memória permaneçam inalterados.
- 30 Em arquiteturas modernas, a memória cache de nível L3 é dedicada exclusivamente a cada núcleo do processador, enquanto a memória cache L1 é compartilhada entre todos os núcleos para reduzir a latência de acesso aos dados.
- 31 No Microsoft Teams, a conversão de um canal padrão em um canal privado pode ser realizada a qualquer momento pelo proprietário da equipe, preservando automaticamente todo o histórico de conversas, os arquivos e as permissões previamente existentes.
- 32 No Microsoft Teams, a exclusão de uma equipe por qualquer membro remove definitivamente todas as conversas e todos os arquivos compartilhados, sem haver a possibilidade de recuperação administrativa.
- 33 O Android adota um modelo de permissões para acesso a recursos sensíveis do dispositivo, como câmera, localização e microfone, permitindo que determinadas permissões sejam concedidas ou revogadas pelo usuário após a instalação do aplicativo.
- 34 O Android oferece suporte à atualização automática de aplicativos por meio da Google Play Store, desde que essa funcionalidade esteja habilitada nas configurações do dispositivo e que existam condições compatíveis com a política definida pelo usuário.

No que se refere aos conceitos de redes de computadores, ao serviço de armazenamento OneDrive e aos conceitos de inteligência artificial, julgue os itens seguintes.

- 35 Em regra, um *switch* opera encaminhando quadros com base nos endereços físicos (MAC), contribuindo para reduzir colisões e melhorar a comunicação em redes locais.
- 36 O endereço IP identifica exclusivamente uma conexão física de Internet, razão pela qual dois dispositivos conectados ao mesmo roteador doméstico sempre utilizam exatamente o mesmo endereço IP na rede local.

- 37 Quando o recurso Arquivos Sob Demanda (Files On-Demand) está habilitado no OneDrive, todos os arquivos sincronizados permanecem, obrigatoriamente, armazenados de forma permanente no disco local, independentemente do estado de sincronização.
- 38 O OneDrive permite compartilhar arquivos e pastas por meio de links, sendo possível, conforme a configuração da organização e do compartilhamento, definir permissões como visualização ou edição.
- 39 Redes neurais artificiais e aprendizado de máquina (*machine learning*) são conceitos equivalentes. Portanto, todo algoritmo de aprendizado de máquina é necessariamente uma rede neural.
- 40 Modelos de inteligência artificial generativa podem produzir novos conteúdos, como os textos e as imagens, a partir de padrões aprendidos durante o treinamento.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da ética na função pública e dos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41 Um servidor público que se apresenta embriagado durante o expediente viola dever ético funcional. Contudo, a embriaguez habitual fora do serviço não configura infração ética, por se tratar de conduta restrita à vida privada do agente.
- 42 Em um setor de atendimento ao público, o servidor que, sem justificativa administrativa, postergar a análise de demandas simples e permitir a formação de longas filas adotará conduta incompatível com a ética na função pública, pois deveria exercer as suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, buscando evitar atraso na prestação do serviço e dano moral ao usuário.
- 43 Segundo as regras deontológicas aplicáveis ao servidor público, a ausência injustificada ao local de trabalho constitui fator de desmoralização do serviço público e pode comprometer a ordem nas relações humanas.
- 44 As leis administrativas são, normalmente, de ordem pública. Contudo, os seus preceitos podem ser descumpridos por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, embora esses preceitos estabeleçam verdadeiros poderes-deveres irrelegáveis pelos agentes públicos.
- 45 A medida administrativa que reduz gastos de forma imediata, mas gera aumento de filas, retrabalho e piora no atendimento ao usuário, é incompatível com o princípio da eficiência.

Com base na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens seguintes, a respeito da improbidade administrativa.

- 46 Configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública a conduta dolosa de revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- 47 A conduta culposa de agente público que cause prejuízo ao erário configurará ato de improbidade administrativa, desde que seja demonstrada negligência grave no desempenho da função pública.
- 48 Os atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992 exigem, em todos os casos, conduta dolosa e dividem-se em três espécies: os que importam enriquecimento ilícito; os que causam prejuízo ao erário; e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- 49 No que se refere aos recursos de origem pública, não se sujeitará às sanções da Lei nº 8.429/1992 o particular – pessoa física ou jurídica – que celebrar com a Administração Pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.

- 50 De acordo com a Lei nº 8.429/1992, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens dentro do prazo determinado, ou que prestar declaração falsa, será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 51 Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

No que diz respeito ao processo administrativo federal, julgue os itens a seguir, acerca da Lei nº 9.784/1999.

- 52 O administrado que tenha a condição de interessado no processo administrativo tem direito a ter vista dos autos, mas não poderá obter cópias dos documentos neles contidos.
- 53 No processo administrativo federal, a Administração Pública deve observar princípios como: o da legalidade; o da finalidade; o da motivação; o da razoabilidade; o da proporcionalidade; o da moralidade; o da ampla defesa; o do contraditório; o da segurança jurídica; o do interesse público; e o da eficiência.
- 54 No processo administrativo federal, o dever de não agir de modo temerário aplica-se apenas à Administração Pública, não alcançando o administrado.
- 55 O servidor ou a autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado poderá atuar no processo, desde que não seja responsável pela decisão final.
- 56 A decisão coordenada poderá ser utilizada em processos administrativos relacionados ao poder sancionador, desde que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades e que haja discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

À luz da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 – e dos decretos que a regulamentam, julgue os itens seguintes, quanto à transparência pública e ao acesso à informação.

- 57 A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas por órgãos e entidades públicas depende de requerimento prévio do interessado, ressalvadas apenas as informações relativas às licitações, aos contratos administrativos e à execução orçamentária.
- 58 O pedido de acesso à informação deverá conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, sendo vedadas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- 59 Caso o órgão ou a entidade não possua a informação solicitada, deverá comunicar esse fato ao requerente e, se souber qual órgão ou entidade a detém, deverá indicá-lo ou remeter-lhe o pedido, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

- 60** A classificação de informação no grau reservado poderá ser realizada pelas mesmas autoridades competentes para a classificação nos graus secreto e ultrassecreto, sendo vedada, contudo, a fixação de evento como termo final da restrição de acesso.
- 61** O serviço de busca e de fornecimento da informação é gratuito, mas poderá ser cobrado o valor necessário ao ressarcimento dos custos de reprodução de documentos, salvo quando o requerente declarar situação econômica que não lhe permita arcar com tais custos sem prejuízo do sustento próprio ou da família.
- 62** De acordo com o Decreto nº 7.724/2012, o pedido de acesso à informação formulado de maneira genérica deverá ser atendido sempre que o órgão ou a entidade puder identificar, entre os documentos sob sua guarda, informações que se aproximarem do interesse presumido do requerente.
- 63** O acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais poderá ser negado quando a informação tiver sido classificada como secreta ou reservada por autoridade competente.
- 64** A informação classificada como ultrassecreta permanecerá sob restrição de acesso pelo prazo máximo de 25 anos, sendo admitida a fixação de evento como termo final da restrição, desde que ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

Com base na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 65** O princípio da responsabilização e prestação de contas impõe ao agente de tratamento o dever de demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, inclusive quanto à eficácia dessas medidas, não bastando a mera declaração formal de conformidade com a LGPD.
- 66** A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com objetivo de obter vantagem econômica é livremente admitido pela LGPD, não podendo ser objeto de vedação ou de regulamentação pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 67** Na realização de estudos por órgão de pesquisa, o tratamento de dados pessoais sensíveis sem consentimento será admitido quando indispensável, desde que garantida, sempre que possível, a anonimização desses dados.
- 68** O tratamento de dados pessoais sensíveis sem consentimento do titular poderá ser realizado com fundamento no legítimo interesse do controlador, desde que sejam adotadas medidas de transparência e tratados apenas os dados estritamente necessários à finalidade pretendida.

- 69** No tratamento de dados pessoais de crianças, o consentimento específico e em destaque dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal dispensa os controladores de manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos do titular.
- 70** Dados pessoais de crianças poderão ser coletados sem o consentimento dos pais ou do responsável legal quando a coleta for necessária para contatá-los, desde que eles sejam utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou quando ela for necessária à proteção da criança, não podendo esses dados, em nenhum caso, ser repassados a terceiro sem o consentimento legalmente exigido.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação às noções de direito administrativo, julgue os itens seguintes.

- 71** A Administração Pública, sob o aspecto subjetivo, formal ou orgânico, compreende a própria atividade administrativa exercida pelo Estado por meio de seus órgãos e de seus agentes para a gestão dos interesses públicos. Por outro lado, o sentido objetivo ou material refere-se ao conjunto de agentes, de órgãos e de pessoas jurídicas incumbidos de executar as funções administrativas.
- 72** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas diretamente por lei específica para o desempenho de atividades típicas de Estado. No entanto, diferentemente destas, as fundações públicas, quando dotadas de personalidade jurídica de direito privado, dependem de autorização legislativa para sua instituição, devendo uma lei complementar definir as suas áreas de atuação.
- 73** A criação e a extinção de ministérios e de órgãos da Administração Pública Federal podem ser realizadas livremente por meio de decreto do presidente da República, desde que tais medidas visem à melhoria da organização e do funcionamento da Administração Pública.
- 74** O cargo público é o lugar instituído na estrutura da Administração Direta e autárquica, com as funções e a remuneração fixadas em lei. Por outro lado, o emprego público refere-se ao vínculo de natureza contratual regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), sendo o regime adotado predominantemente em empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 75** O regime de contratação temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CF/1988) permite que a Administração dispense a realização de concurso público para o preenchimento de funções permanentes e ordinárias, desde que haja lei autorizadora no ente federativo e de que a contratação tenha prazo determinado.
- 76** O abuso de poder manifesta-se de duas formas distintas: o excesso de poder, que ocorre quando o agente atua fora dos limites de sua competência administrativa; e o desvio de poder, que se verifica quando o agente, embora competente, pratica o ato com finalidade diversa do interesse público ou daquela prevista em lei.
- 77** O poder de polícia administrativa caracteriza-se pela coercibilidade e pela autoexecutoriedade. Isso significa que a Administração pode, em regra, executar as suas decisões diretamente, sem a necessidade de autorização judicial prévia, como no caso da destruição de alimentos impróprios para o consumo.
- 78** Os serviços públicos classificados como *uti singuli* (ou singulares) são aqueles prestados à coletividade de forma geral e indivisível, impossibilitando a mensuração individual da utilização por cada usuário, como ocorre com a iluminação pública.
- 79** Segundo a Lei nº 8.987/1995, a permissão de serviço público é um ato administrativo unilateral e precário, que prescinde de licitação prévia e que pode ser revogado a qualquer tempo pela Administração, sem que caiba ao permissionário o direito a qualquer indenização.
- 80** No Brasil, vigora o sistema de unidade de jurisdição, o que significa que o Poder Judiciário detém o monopólio da função jurisdicional, podendo anular os atos administrativos ilegais. No entanto, é vedado ao juiz substituir o mérito administrativo (conveniência e oportunidade) por sua própria valoração, sob pena de ofensa ao princípio da separação de Poderes.
- 81** A responsabilidade civil objetiva do Estado baseia-se na teoria do risco administrativo, exigindo a prova do fato administrativo, do dano e do nexo causal. Assim, caso o Estado comprove que o dano decorreu de culpa exclusiva da vítima ou de força maior, a sua responsabilidade será mantida, mas a indenização será reduzida proporcionalmente.
- 82** A dispensa de licitação e a inexigibilidade de licitação são formas de contratação direta que se identificam pelo fato de a competição ser materialmente impossível. Na dispensa, o legislador enumerou casos exemplificativos nos quais a licitação é inviável, enquanto, na inexigibilidade, as hipóteses são taxativas e decorrem da conveniência administrativa.
- 83** O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a observar estritamente as regras fixadas no edital. Dessa forma, caso seja apresentada uma proposta em desacordo com as exigências editalícias, a Administração deverá desclassificar esse licitante, sendo vedado o descumprimento das normas que ela própria estabeleceu para o certame.
- 84** De acordo com o princípio do julgamento objetivo, a comissão de licitação deve basear a sua escolha exclusivamente nos critérios e nos fatores previstos no edital. No entanto, visando à proposta mais vantajosa, é lícito à Administração aceitar oferta de vantagem não prevista no instrumento convocatório, desde que essa vantagem se baseie na oferta de outro licitante.
- 85** Em um procedimento licitatório no qual apenas um interessado apresente proposta ou apenas um licitante reste classificado após a fase de habilitação, a Administração Pública não está obrigada a anular ou revogar o certame sob o argumento exclusivo de falta de pluralidade de competidores. Nesse ínterim, caso a proposta atenda integralmente às exigências do edital e seja considerada vantajosa para o interesse público, o administrador deverá dar continuidade ao julgamento, pois o remanescente único possui o direito subjetivo à permanência no certame e à eventual adjudicação do objeto.

No que se refere às noções de funções administrativas, julgue os itens a seguir.

- 86** No âmbito da administração de pessoas, o regime estatutário caracteriza-se pela inexistência de um contrato de trabalho típico, sendo a relação entre o Estado e o servidor regida por uma lei denominada estatuto. No entanto, por força do princípio da acessibilidade, a investidura em cargos públicos de provimento efetivo exige sempre a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- 87** O dever de prestar contas é uma imposição constitucional para qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, que arrecade ou que gere dinheiros, bens e valores públicos. Avalia-se, portanto, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, por possuírem personalidade jurídica de direito privado, estão isentas do controle financeiro exercido pelo tribunal de contas, sujeitando-se apenas ao controle de seus acionistas particulares.
- 88** O procedimento administrativo é definido como uma sequência de atividades interligadas que visa alcançar um efeito final previsto em lei. Diferencia-se do processo administrativo porque este último indica as relações jurídicas estabelecidas entre os participantes (Administração, interessados e terceiros) como instrumento para concretizar a função administrativa.
- 89** Em um processo administrativo disciplinar (PAD) para a apuração de uma infração funcional, a observância do princípio do devido processo legal é facultativa se a autoridade possuir provas documentais inequívocas da autoria e da materialidade da falta cometida pelo servidor público.
- 90** Suponha-se que uma autarquia federal tenha decidido adquirir novos equipamentos hospitalares para suas unidades. Nesse caso, é correto afirmar que, para otimizar a gestão de materiais e garantir a economicidade, a entidade deverá adotar o princípio da padronização, desde que as razões de ordem técnica e econômica para tal escolha sejam, devidamente, justificadas no processo administrativo.

Em relação às organizações e ao trabalho em equipe, julgue os itens a seguir.

- 91** Para o correto registro e identificação de um expediente no padrão ofício, as informações de numeração e de origem devem ser organizadas da seguinte forma: o nome do documento em letras maiúsculas; a indicação de numeração (Nº); o ano com quatro dígitos; e as siglas do setor. Essas siglas devem ser dispostas, obrigatoriamente, da maior para a menor hierarquia, e o conjunto deve ser alinhado à margem direita da página.
- 92** Suponha-se que, durante uma reunião de resolução de conflitos, um gestor tenha decidido implementar a escuta ativa. Nesse caso, é correto afirmar que, para essa prática ser efetiva, o gestor deverá focar a sua atenção na pessoa que está falando, suspender os seus julgamentos pessoais durante a fala do outro e evitar distrações mentais.

- 93** Ao analisar os atributos da redação oficial, observa-se que o uso do padrão culto da língua é imprescindível, devido a seu caráter público. No entanto, o manual estabelece que esse padrão culto se traduz na existência de um padrão oficial de linguagem, o qual consagra o uso de jargões burocráticos e o emprego da língua de modo rebuscado para garantir a formalidade necessária entre as autoridades.
- 94** Suponha-se que um agente público tenha presenciado um colega de trabalho humilhando de forma intencional e costumeira um subordinado, devido a uma inabilidade técnica deste. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com as definições de conduta inadequada, essa situação caracteriza a prática de bullying, devendo o agente público que a presenciou denunciar o fato, imediatamente, a seus superiores ou aos órgãos de controle.
- 95** Para favorecer a transparência e os fatores positivos do relacionamento com a sociedade, o agente público possui liberdade para utilizar a logomarca oficial da instituição em suas redes sociais particulares ao emitir opiniões e preferências pessoais. Avalia-se, portanto, que essa prática fortalece a opinião pública favorável ao servidor, pois demonstra a sua honestidade e a sua personalidade ao apresentar visões individuais como se fossem diretrizes da própria Administração Pública.

Com relação à Lei nº 5.524/1968, que dispõe acerca do exercício da profissão de técnico industrial, julgue os itens seguintes.

- 96** Suponha-se que uma indústria de máquinas tenha contratado um técnico industrial de nível médio para atuar na prestação de assistência técnica durante a compra e a venda de seus produtos especializados. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com o rol de atividades profissionais previstas na legislação, essa função está, corretamente, inserida no campo de realizações desse profissional.
- 97** Ao avaliar a participação de técnicos em pesquisas, a Lei restringe a atuação desses profissionais à execução prática de experimentos, vedando-lhes a prestação de assistência técnica no estudo e no desenvolvimento de projetos tecnológicos, o que é tarefa reservada a pesquisadores de nível superior.
- 98** Suponha-se que um técnico industrial tenha sido designado para orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção nas instalações elétricas de uma autarquia municipal. Nesse caso, é correto afirmar que essa designação é juridicamente válida, pois a coordenação de serviços de manutenção de instalações faz parte das atribuições legais da categoria.

No que diz respeito à Lei nº 13.639/2018, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais, julgue os itens a seguir.

- 99** O mandato dos membros eleitos para os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas terá a duração de cinco anos, sendo permitida apenas uma reeleição subsequente para o mesmo cargo.

- 100** Suponha-se que um técnico industrial tenha realizado um trabalho de manutenção em caráter de urgência para responder a uma situação de emergência em uma planta industrial, sem efetuar previamente o termo de responsabilidade técnica (TRT). Nesse caso, é correto afirmar que o profissional não estará sujeito à multa de 300% sobre o valor da taxa, desde que providencie a regularização da situação assim que possível.
- 101** Quanto ao regime de pessoal, os empregados dos Conselhos Federais e Regionais são regidos pela CLT. No entanto, para garantir a lisura na formação do quadro, a Lei exige que os ocupantes de cargos em comissão também sejam admitidos obrigatoriamente mediante processo seletivo fundamentado no princípio da impessoalidade.
- 102** O exercício das funções de conselheiro ou de membro da diretoria executiva nos Conselhos é considerado prestação de serviço público relevante. Avalia-se, portanto, que tais cargos devem ser remunerados com jetons de presença equivalentes ao valor de uma anuidade técnica por sessão, visando compensar o tempo dedicado à autarquia.

De acordo com o Regimento Interno do CRT-SP, julgue os itens seguintes.

- 103** Suponha-se que um conselheiro regional do CRT-SP, regularmente convocado, tenha faltado a duas reuniões plenárias consecutivas sem apresentar justificativa. Três meses depois, ele faltou a uma terceira reunião, também sem justificar. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com as normas regimentais sobre a assiduidade, esse conselheiro estará sujeito à perda de seu mandato.
- 104** Ocorrendo a vacância definitiva e simultânea dos cargos de presidente e de vice-presidente do CRT-SP, o diretor financeiro deve assumir imediatamente a presidência da autarquia para garantir a continuidade da gestão financeira e administrativa.
- 105** A diretoria executiva do CRT-SP decidiu criar um grupo de trabalho (GT) temporário para analisar uma demanda administrativa específica. Para que o ato de instituição seja válido perante o regimento, ele deve, obrigatoriamente, conter a justificativa da criação, as competências do grupo, o calendário de atividades, a dotação orçamentária e o prazo de funcionamento.
- 106** Ao analisar a natureza jurídica do CRT-SP, observa-se que se trata de uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de serviço social autônomo, com jurisdição restrita ao município de São Paulo e sede administrativa na capital.
- 107** As comissões ordinárias, como a de ética profissional e a de fiscalização, possuem a função de subsidiar o plenário. De acordo com a composição prevista, o presidente do CRT-SP, por ser o coordenador máximo da autarquia, é membro nato e obrigatório de todas as comissões ordinárias instaladas.

- 108** Suponha-se que o presidente do CRT-SP tenha identificado que uma deliberação aprovada pelo plenário na última reunião está em conflito direto com uma lei federal vigente. Nesse caso, é correto afirmar que, com base em sua competência excepcional, ele poderá suspender os efeitos dessa deliberação por meio de ato fundamentado, devendo, obrigatoriamente, submeter os motivos da suspensão à apreciação do plenário na reunião subsequente.
- 109** Em nome da transparência administrativa e do princípio da publicidade, o Regimento Interno determina que todas as reuniões plenárias do CRT-SP sejam públicas. Avalia-se, portanto, que mesmo as deliberações sobre os processos ético-disciplinares contra profissionais devem ser abertas ao público geral e gravadas para consulta em sistema.
- 110** Ao analisar a estrutura organizacional do CRT-SP para o desempenho de sua finalidade institucional, observa-se uma divisão funcional entre as esferas de decisão e as de auxílio técnico. De acordo com essa organização, o plenário e a diretoria executiva constituem os órgãos deliberativos da autarquia, enquanto as comissões (permanentes e especiais) e os grupos de trabalho são estruturados como órgãos consultivos.

De acordo com as Resoluções nº 206/2022, nº 207/2022 e nº 208/2022, bem como com o Regimento Interno do CRT-SP, julgue os itens a seguir.

- 111** Suponha-se que um técnico industrial tenha sido contratado para realizar um projeto de alta complexidade em uma área que, embora fosse correlata à sua formação, extrapolaria os limites das atribuições e das competências definidas em lei para sua modalidade específica. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com o Código de Ética Profissional, o técnico deverá aceitar o serviço e buscar capacitação durante a execução para garantir o interesse público.
- 112** Suponha-se que, na relação profissional com seus pares, o técnico industrial tenha decidido utilizar partes substanciais de um projeto elaborado por um colega, alegando que a propriedade intelectual na área técnica é de domínio público após o registro no Conselho. Nesse caso, é correto afirmar que essa prática é repudiada pelo Código de Ética, que obriga o respeito à propriedade intelectual e a proibição do plágio.
- 113** O sistema de instrução e julgamento de infrações disciplinares do sistema CFT/CRTs é estruturado de forma hierárquica em três instâncias fundamentais: o plenário deliberativo do Conselho Regional, a comissão de ética e disciplina do Conselho Federal e, por fim, o plenário deliberativo do Conselho Federal.

- 114** Ao se analisar a admissibilidade de uma denúncia ética contra um profissional, a ausência da identificação do denunciante ou da formulação do pedido com a exposição dos fatos enseja o arquivamento liminar e imediato do processo, sem a possibilidade de correção por parte do interessado.
- 115** O prazo de prescrição da ação disciplinar varia de acordo com a gravidade da sanção prevista: é de 5 anos para infrações puníveis com perda de mandato; de 2 anos para suspensão temporária; e de 180 dias para os casos de advertência.

De acordo com a Resolução CFT nº 288/2025, julgue os itens seguintes.

- 116** Suponha-se que um técnico industrial com registro regular no Conselho tenha sido flagrado realizando um serviço sem a emissão do respectivo TRT. Nesse caso, é correto afirmar que essa conduta configura uma infração de gravidade média, o que sujeita o infrator à aplicação de multa no valor de 1,5 anuidade, além do encaminhamento do processo para apuração de infração ética e da obrigatoriedade de correção da irregularidade.
- 117** Suponha-se que uma pessoa jurídica, ao ser fiscalizada por técnicos do Conselho, tenha impedido o acesso dos fiscais às instalações relacionadas à atividade técnica em razão de sua atividade básica. Nesse caso, é correto afirmar que a empresa deve ser autuada por infração de natureza gravíssima, visto que a obstrução do poder de polícia impede a proteção social.
- 118** Suponha-se que um fiscal tenha utilizado um aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) para notificar um profissional sobre uma irregularidade. Nesse caso, é correto afirmar que, para que essa ciência seja considerada válida e o prazo processual comece a correr, é indispensável que haja a confirmação ativa de ciência pelo destinatário, devendo tal registro ser inserido no sistema SINCETI.
- 119** Suponha-se que o prazo de defesa de um técnico autuado tenha encerrado em um domingo, dia em que não há expediente no Conselho Regional. Nesse caso, é correto afirmar que, seguindo a regra de contagem de prazos da resolução, o prazo expira, impreterivelmente, no domingo, uma vez que os prazos são contados em dias corridos, computando-se sábados, domingos e feriados.
- 120** Dentro da organização do sistema, os Conselhos Regionais (CRTs) atuam como a instância máxima de supervisão normativa e orientadora, competindo-lhes a tarefa de revisar, em última instância, as questões decididas pelo Conselho Federal (CFT).



ANOTAÇÕES